

A Receita Federal irá restituir este mês mais de R\$ 210 milhões para 102.361 contribuintes referentes ao Imposto de Renda de 2008 a 2017. O lote multiexercício de restituição estará disponível para consulta a partir das 9h desta quinta-feira (8). O crédito bancário será realizado no dia 15. Os valores serão corrigidos pela Selic, a taxa básica de juros da economia.

Temer reforça prioridade para reforma da Previdência em mensagem ao Congresso

A reforma da Previdência será questão-chave para os trabalhos do Congresso em 2018. O tema, ainda sem consenso entre os parlamentares, é tratada como tema prioritário do ano pelo presidente Temer, em sua mensagem presidencial enviada ao Congresso. Com a leitura, dá-se início à sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos de este ano. “O atual sistema é socialmente injusto e financeiramente insustentável, porque transfere recursos de quem menos tem para quem menos precisa, concentrando renda;

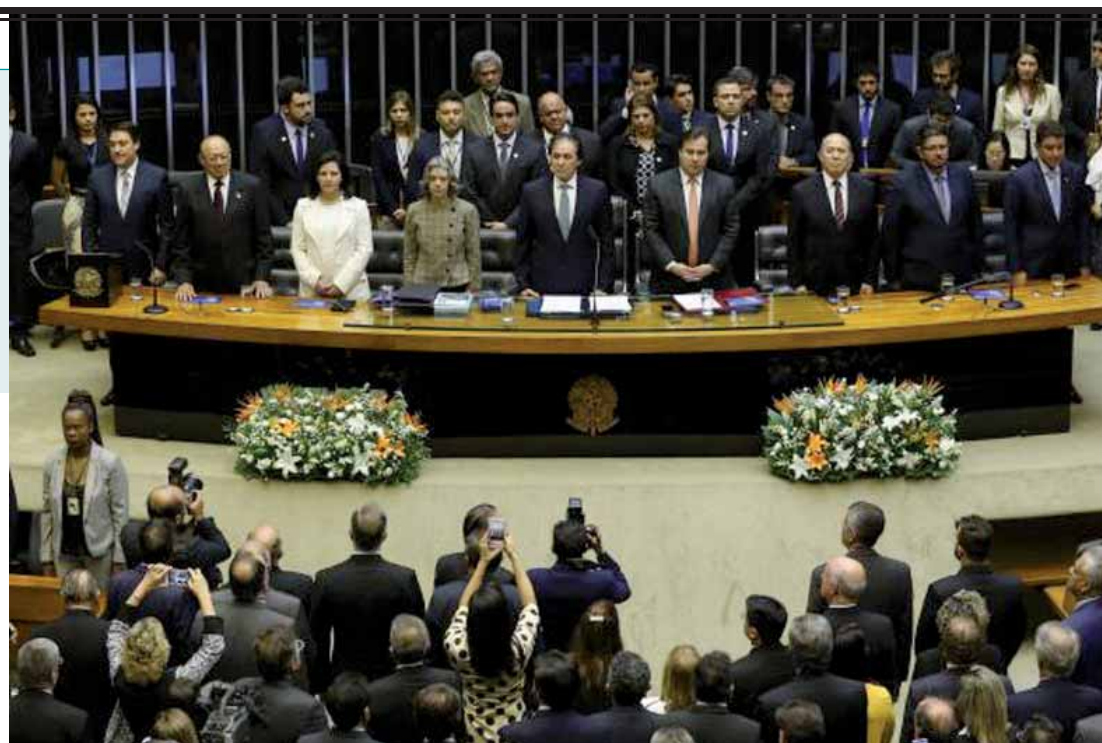
e insustentável porque as contas simplesmente não fecham, pondo em risco as aposentadorias de hoje e de amanhã”, diz a mensagem, lida pelo primeiro secretário da Mesa Diretora, deputado Fernando Giacobbo (PR-PR). A mensagem do presidente Temer, foi entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Ainda segundo o texto, em 2017, a Previdência Social registrou déficit recorde de R\$ 268,7 bilhões - 18,47% maior que em 2016. “A sociedade brasileira mostra-se cada vez mais consciente de que a reforma é questão-chave para o futuro

do Brasil. A reforma combate desigualdades, protege os mais pobres. Responde à nova realidade demográfica de nosso País e dá sustentabilidade ao sistema previdenciário”, afirma a mensagem.

O texto apresentou ainda uma série de realizações do governo Temer durante o ano de 2017, como contas inativas do FGTS e os saques do Fundo PIS/Pasep.

As privatizações também tiveram espaço na mensagem do Executivo. A perspectiva é que a pauta seja discutida neste ano pelo Congresso com a desestatização da



Sessão solene no Congresso Nacional de abertura dos trabalhos do ano legislativo de 2018.

Eletrobras e subsidiárias. “Em 18 meses, foram 70 projetos, que correspondem a R\$ 142 bilhões em investi-

mentos - e, em 2018, serão 75 outros projetos. São mais e melhores aeroportos, portos, rodovias, ferrovias, linhas de

transmissão. É um Brasil de mais produtividade, de mais empregos”, diz a mensagem (ABR).

Brasil se diz vítima de julgamento político

A deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) afirmou ontem (5) que é vítima de um julgamento político e pediu à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, celeridade na análise dos questionamentos jurídicos que têm sido feitos à sua nomeação para o Ministério do Trabalho. Em nota à imprensa, a deputada disse que sofre “campanha difamatória” e que vai continuar se esforçando para provar que não cometeu “nenhuma ilicitude”.

Indicada pelo presidente Michel Temer há pouco mais de um mês para o cargo, Cristiane Brasil não tomou posse até hoje devido a uma série de decisões liminares, da primeira e segunda instâncias. O pai da deputada, Roberto Jefferson, que é o presidente do PTB, disse que a posse de Cristiane é legítima. “Por que destruir a vida política promissora de uma pessoa dedicada em tudo que faz e que está preparada para exercer o cargo de ministra?”, escreveu Jefferson, durante



Deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ).

o fim de semana. Ontem (5), Jefferson compartilhou uma reportagem em que a maioria dos deputados petebistas afirmam que o Palácio do Planalto tem de insistir na posse. Mais cedo, o secretário de Governo, ministro Carlos Marun, reafirmou que o governo não vai recuar da disposição de defender a nomeação de Brasil para o posto (ABR).

MST deixa usina ocupada pela 20ª vez

Sorocaba - Cerca de 200 famílias ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST) ocuparam no sábado (4), uma área da Usina Martinópolis, no município de Serrana, na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Foi a 20.ª vez nos últimos oito anos que o movimento ocupou a mesma fazenda, mas os sem-terra foram retirados no mesmo dia pela Polícia Militar.

O advogado da usina, José Eduardo Barreiros, disse que o MST tenta ganhar a propriedade “no grito”. Em nota, o MST alegou que a usina acumula uma dívida milionária de impostos e que a Justiça já penhorou o imóvel, que deve ser adjudicado e destinado à reforma agrária.

Barreiros disse que apenas uma parcela de 520 hectares da fazenda foi penhorada no processo, mas há vários recursos e outras medidas judiciais pendentes de julgamento. A usina, que produzía açúcar e álcool, parou de funcionar há cinco anos, mas a cana produzida nas terras abastece outras usinas da região (AE).

PGR pede envio de inquérito sobre suposta compra de apoio a Dilma para SP

Brasília - A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao ministro Edson Fachin, do STF, que o inquérito que apura suposto esquema de compra de apoio político dos partidos Pros, PRB, PCdoB, PDT e PP para a Coligação “Com a força do povo”, da candidatura de Dilma Rousseff à presidência em 2014, seja enviado para a Justiça Federal de São Paulo. Assim a investigação que envolve os ex-ministros Marcos Pereira, Guido Mantega, Antônio Palocci, Edinho Silva, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o publicitário João Santana, entre outros, pode não tramitar mais na Suprema Corte.

Depois de pedir demissão do cargo de ministro da Indústria e Comércio, em janeiro, Marcos Pereira perdeu a prerrogativa do foro privilegiado. Ele era o único dos investigados que mantinha o inquérito, baseado em delações da Odebrecht, sob a competência do Supremo.



Procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

“No caso, a exoneração de Marcos Antônio Pereira é suficiente para cessar a prerrogativa de foro por função prevista no art. 102, b, da Constituição da República”, diz a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, em manifestação assinada no dia 29 de janeiro.

Segundo a PGR, como os

fatos investigados foram praticados, na maior parte, em São Paulo, “notadamente na sede do Grupo Odebrecht, lobby do hotel Reinasance, comitê de Dilma e gabinete de Edinho Silva na Assembleia Legislativa”, o caso deve ser remetido à Seção Judiciária de São Paulo.

“Considerando que não há investigados detentores de prerrogativa de foro por função na Suprema Corte, a apuração deve ser declinada ao juízo competente, no caso a Seção Judiciária de São Paulo”, completa Raquel.

Na lista de investigados no inquérito ainda constam o ex-assessor de Edinho Silva, Manoel de Araújo, Eurípedes Júnior e Salvador Zimbaldi Filho, do PROS; Carlos Lupi e Marcelo de Oliveira Panella, do PDT; e Fábio Tokarski, do PCdoB.

Todos os envolvidos negam irregularidades e afirmam que não houve pagamentos em troca de apoio para a campanha de 2014 (AE).

País está 'longe de cortar' benefícios previdenciários

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o Brasil ainda está longe de ser obrigado a reduzir valores ou cortar benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, mas que mudanças na legislação são necessárias para evitar que a Previdência quebre, como já ocorreu em outros países.

“Como sabemos, existem países que já tiveram dificuldades para pagar os benefícios e tiveram que sair cortando o valor das aposentadorias. Estamos longe disso e vamos tomar as medidas necessárias para evitar que isso aconteça”, disse o ministro ao deixar o Palácio do Jaburu, em Brasília, onde se reuniu com o presidente Michel Temer e com o relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA).

De acordo com Meirelles, a reunião, às vésperas da volta dos deputados federais e senadores do recesso parlamentar, foi mais um dos tantos encontros da equipe de governo para planejar uma estratégia para conseguir aprovar, no Congresso Nacional, no menor espaço de tempo possível, as mudanças nas normas de aposentadoria. A previsão é que



Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

a proposta que altera as atuais regras previdenciárias comece a ser apreciada em plenário no próximo dia 19.

“A ideia é aprovar o projeto como está hoje. Este é o ideal. Agora, estamos entrando na semana onde se começa a decidir de forma mais objetiva sobre os pontos de resistência. Vamos ver o que é possível fazer para termos uma reforma da Previdência que, de um lado, preserve uma maior equidade entre todos os brasileiros e, por outro, preserve a capacidade do Estado de garantir as aposentadorias no futuro”, declarou Meirelles (ABR).

TJ-SP: auxílio-moradia é salário indireto

São Paulo - Em meio ao questionamento em relação à concessão de auxílio-moradia aos membros do Judiciário e de outros poderes, o presidente do TJ-SP, Manoel de Queiroz Pereira Calças, admitiu ontem (5), que esses benefícios configuram um “salário indireto” aos magistrados e defendeu a ética de sua aplicação, dizendo que ela é prevista em lei.

“O auxílio-moradia é um salário indireto (...) Está previsto na Lei Orgânica Da Magistratura. Ponto”, declarou em coletiva de imprensa após a sessão de abertura do Ano Judiciário e posse do Conselho Superior da Magistratura do Estado. Pereira Calças admitiu ainda receber o benefício mesmo tendo “vários” imóveis em sua propriedade. Ele ainda criticou as reportagens da imprensa mostrando juízes recebendo auxílio mesmo sendo donos de imóveis nas cidades onde trabalham, dizendo que a exposição foi “desagradável”.

Irritado com os questionamentos dos jornalistas, Pereira Calças encerrou a coletiva após perguntarem se não seria ético abdicar do benefício. Em seu



Presidente do TJ-SP, Manoel de Queiroz Pereira Calças.

discurso no evento, Pereira Calças defendeu a independência do Judiciário e sua autonomia administrativa e financeira.

O presidente do TJ-SP também defendeu a harmonia entre os Poderes e criticou as tentativas de membros do Judiciário de entrarem no campo de ação do Legislativo e Executivo. Participaram do evento os ministros do STF Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski, bem como o governador Geraldo Alckmin e o prefeito da capital, João Doria. Todos deixaram o local sem falar com a imprensa (AE).

Novo texto não deve ser apresentado nesta semana

Brasília - O relator da reforma da Previdência na Câmara, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), afirmou ontem (5), que dificilmente o novo texto da proposta será apresentado nesta semana, como prevê o Palácio do Planalto. O parlamentar disse que está na fase de consulta aos líderes de partidos da base aliada para saber que mudanças resultarão em votos favoráveis à matéria. Ele ainda defendeu fazer concessões nas regras de transição para preservar as mudanças permanentes previstas na reforma.

“São tratadas várias alternativas, mas nada está definido. Não adianta fazer mudanças se não tiver consequência de voto dentro da bancada. Não adianta a gente ficar neste momento conversando sobre hipóteses. Existem alternativas que já estão sendo tratadas na imprensa, mas nenhuma delas está definida, porque todas elas dependem de voto”, declarou Oliveira Maia, em referência a mudanças no limite para acúmulo de pensões e aposentadorias e uma regra de transição para servidores públicos que entraram antes de 2003.



Relator da reforma da Previdência na Câmara, Arthur Oliveira Maia.

Arthur Maia disse que pretende fazer consultas aos líderes durante toda esta semana, mas ressaltou que as mudanças nas lideranças, em razão do novo ano legislativo, devem atrasar esse processo, uma vez que os novos líderes ainda estão se situando sobre a realidade de suas bancadas. Ele ressaltou que dois pontos são inegociáveis: a fixação da idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres e unificação dos regimes dos servidores públicos e demais beneficiários do INSS (AE).

“O moço que não chorou é um selvagem, e o velho que não quer rir é um tolo”.

George Santayana (1863/1952)
Filósofo espanhol

BOLSAS

O Ibovespa: -2,59% Pontos: 81.861,08 Máxima de +0,32% : 84.311 pontos Mínima de -2,59% : 81.861 pontos Volume: 9,72 bilhões Variação em 2018: 7,15% Variação no mês: -3,59% Dow Jones: -3,67% (18h38) Pontos: 24.584,99 Nasdaq: -2,79% (18h38) Pontos: 7.038,69 Ibo-

vespa Futuro: -3,09% Pontos: 81.660 Máxima (pontos): 84.455 Mínima (pontos): 81.550. Global 40 Cotação: 884,715 centavos de dólar Variação: estável.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,2498 Venda: R\$ 3,2503 Variação: +1,05% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,32 Venda: R\$ 3,42 Variação: +0,89% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,2349 Venda: R\$ 3,2355 Variação: +0,92% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,2500 Venda: R\$ 3,3870 Variação: +1,01% - Dólar Futuro (março)

Cotação: R\$ 3,2715 Variação: +1,36% - Euro Compra: US\$ 1,2412 (às 18h38) Venda: US\$ 1,2412 Variação: -0,36% - Euro comercial Compra: R\$ 4,0300 Venda: R\$ 4,0320 Variação: +0,6% - Euro turismo Compra: R\$ 3,9630 Venda: R\$ 4,1930 Variação: +0,72%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,68% ao ano. - Capital de giro, 9,96% ao ano. - Hot money, 1,13% ao mês. - CDI, 6,89% ao ano. - Over a 6,90%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.337,30 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,80% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 138,000 Variação: +0,36%.